

Arquivos escolares virtuais

considerações sobre uma prática de pesquisa

*Wagner Rodrigues Valente**

Resumo:

Este texto tem como objetivo problematizar o uso de arquivos escolares e pessoais, a partir das práticas de investigação que vêm sendo realizadas pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT). A confecção de bases de dados, incluindo documentos escolares e arquivos pessoais de professores, em CD-ROM, deve ser considerada como tema de discussão, sobretudo em tempos em que novas práticas do fazer do historiador são estabelecidas, especialmente, com o uso de fontes digitalizadas. *ARQUIVOS ESCOLARES; ARQUIVOS PESSOAIS; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA; MATEMÁTICA ESCOLAR*

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Católica de Santos (UNISantos)

School archives virtues

considerations about a practice of research

*Wagner Rodrigues Valente**

Abstract:

This text aims to analyze the usage of private and school archives, departing from the investigation practices that have been applied by History of the Brazilian Mathematical Education Research Group (GHEMAT). The creation of database of school documents, teachers' private archives, in CD-ROM, might be considered as a subject to be discussed right now, since new procedures have been established the change of historians' procedures, especially with the usage of digital sources.

SCHOOL ARCHIVES; PRIVATE ARCHIVES; HISTORY OF MATHEMATICS EDUCATION; SCHOOL MATHEMATICS.

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Católica de Santos (UNISantos)

Preliminares

A organização e disponibilização de fontes de pesquisa contidas em arquivos escolares e arquivos pessoais de professores tem grande possibilidade de ser realizada como parte constituinte de projetos de pesquisa. Reunir pesquisadores de vários níveis acadêmicos, no âmbito de um projeto maior, constitui um desafio e, ao mesmo tempo, condição importante para a investigação histórica na elaboração de bancos de dados a serem utilizados por inúmeros projetos integrados.

Essa forma de trabalho busca romper com práticas de pesquisa individuais que, após utilizarem materiais e documentos, selecionados cuidadosamente, para dar sustentação empírica às teses, dissertações e monografias, abandonam essas fontes à sua própria sorte, dificultando sobremaneira o seu uso por outros pesquisadores. Desse modo, a todo tempo, torna-se necessário refazer o trajeto que pode levar a tais materiais. Porém, nem sempre é possível encontrá-los uma vez mais nas mesmas condições de utilização, tampouco nos mesmo lugares. Explica-se: processos de deterioração, mudanças físicas de locais de guarda, por exemplo, apagam, às vezes por completo, o caminho de acesso aos documentos.

Este texto – quase um relato de pesquisa – intenta problematizar o uso de arquivos escolares e pessoais, a partir das práticas de investigação que vêm sendo realizadas pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Sobre arquivos escolares

No texto “Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares” (VIDAL, 2004), a historiadora da educação Diana Vidal percorre sinteticamente a trajetória teórico-metodológica que leva os estudos históricos sobre educação a considerar, contemporaneamente, o papel dos arquivos escolares. Vidal ressalta, de início, que:

[...] a investigação histórica em educação no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, vem se interrogando acerca da propriedade em conceber escola como produtora de uma cultura própria e original, constituída e constituínte, também, da cultura social [2004, p. 1].

Isso posto, a autora destaca que a partir daí emergem temas para investigação tais como “a constituição do currículo, a formação das disciplinas escolares, o cotidiano institucional, o exercício diário de professores e professoras, alunos e alunas, a materialidade da escola e os recursos metodológicos” (idem, p. 2).

Considerando essas temáticas de pesquisa, tornam-se necessários, para o trabalho historiográfico, dois tipos de investimentos: um deles, o de balizamento teórico; o outro,

se endereça a localizar, sistematizar, organizar, socializar e problematizar as fontes para a pesquisa em história da educação. Assim, não apenas as tradicionais fontes legais e estatísticas vêm sendo revisitadas, como uma parcela consistente dos investigadores da área, individual e coletivamente, tem se lançado ao desafio de ampliar a massa documental à disposição do campo, o que em alguns casos vem conduzindo à constituição de Centros de Memória e Documentação; e de se inserir no debate epistemológico que tal ampliação envolve. Nesse percurso, os arquivos escolares têm chamado cada vez mais a atenção dos historiadores da educação brasileira e se constituído em tema de discussão [idem, p. 2].

O GHEMAT constitui um grupo que vem trabalhando na perspectiva apontada por Vidal. Fundado no ano de 2000, o grupo tem dado ênfase, em grande medida, em seus projetos, ao trabalho de construir fontes de pesquisa considerando os arquivos escolares, os arquivos pessoais de professores de matemática e a produção didático-pedagógica ligada ao ensino dessa disciplina.

A construção de bases de dados para a pesquisa histórica do ensino de matemática, saliente-se, vem sendo realizada pelo GHEMAT a partir de projetos de pesquisa. Esses projetos incluem subprojetos de pós-doutoramento, doutoramento, mestrados e iniciação científica. Todos

eles se orientam pela necessidade do estudo de práticas do ensino de matemática ocorridas em cotidianos escolares passados. São sempre os objetivos dos projetos, é bom frisar uma vez mais, que orientam a montagem, organização e disponibilização dos documentos escolares para a pesquisa. Em termos de arquivos escolares, foram já construídas algumas bases para a pesquisa. Elas incluem provas e exames, livros didáticos e documentação escolar.

A base de dados *Os exames de admissão ao ginásio, 1931-1969*

Em meio aos documentos que compõem os arquivos das escolas, em geral, somente aqueles mais recentes apresentam-se organizados. Papéis antigos, documentação de várias décadas já passadas, nem mesmo lugar para guarda, muitas vezes, têm. Como diz Ribeiro (1992, p. 54), apenas os prontuários dos alunos, por constituírem documentação probatória, representam exceção. As escolas têm necessidade e obrigação de manter o conjunto das pastas de documentos de cada aluno atual e de outros tempos organizado, em ordem alfabética e pronto para ser consultado. No interior dos dossiês de cada aluno é possível encontrar exames e provas, sempre que esses papéis pedagógicos tenham ganho *status* de documentos probatórios. Os exames de admissão constituem exemplo disso. Há também provas parciais e exames em dossiês de alunos que, por exemplo, foram transferidos de estabelecimento de ensino; em muito menor quantidade há, ainda, documentos que envolvem alguma querela sobre notas e avaliações, o que obrigou a guarda de exames e provas com o fim de constituição de processo administrativo. Assim, aqui e ali, contando com acasos e circunstâncias que resultaram na preservação de exames e provas, é possível compor conjuntos desses documentos para fins de estudo da cultura escolar.

O que podem informar os exames e provas? Como tomá-las como fontes de estudo para história da cultura escolar?

Os exames e provas escolares são documentos valiosos para, por exemplo, estudo da apropriação realizada pelo cotidiano escolar das reformas

educacionais. Essa documentação cria a possibilidade, dentre tantas outras coisas, de análise dos conteúdos selecionados pelos professores como mais significativos de seu trabalho pedagógico com os alunos; os exames e provas podem revelar também a concepção de avaliação dominante num determinado contexto histórico; podem ainda, através da análise dos enunciados dos exercícios e questões, possibilitar a leitura que o cotidiano escolar realiza de uma determinada época histórica; de parte dos alunos, as provas são instrumentos importantes para análise de processos de resolução de exercícios e questões de um determinado conteúdo escolar, além de possibilitar, através de inventário das notas obtidas pelos alunos, o estudo do desempenho dos alunos de diferentes épocas escolares, numa dada disciplina. Em realidade, os exames e provas concentram sobre a forma de exercícios e questões todos os objetivos explícitos do processo de ensino-aprendizagem de uma determinada disciplina. Ou dizendo como Chervel (1990), as provas poderão permitir uma leitura das finalidades reais do processo pedagógico, a partir das finalidades de objetivo.

Em particular, o exame de admissão constituiu por décadas a linha divisória entre o ensino primário e a escola secundária; funcionou como um verdadeiro rito de passagem no processo de seleção à continuidade dos estudos, representada pelo ingresso no ginásio acadêmico, que teve procura intensificada a partir dos anos 1930.

Os *Exames de admissão ao ginásio, 1931-1969* constituem um conjunto de três CD-ROMs que abriga cerca de três mil provas digitalizadas de matemática e português, dos exames de admissão realizados no mais antigo ginásio público da capital de São Paulo¹. O material foi concebido no interior do projeto de pesquisa “Uma história da educação matemática no Brasil, 1920-1960”² que teve apoio da Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

1. O primeiro ginásio público em São Paulo, o Ginásio do Estado da Capital, inicia suas aulas no dia 19 de dezembro de 1894. Ao longo de sua história, vários nomes teve o estabelecimento: Gymnasio de São Paulo, Colégio de São Paulo, Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt, Colégio Estadual Presidente Roosevelt, Colégio Estadual de São Paulo, Escola Estadual de 2º Grau de São Paulo. Atualmente denomina-se Escola Estadual de São Paulo (Nadai, 1989).
2. A utilização dessa base de dados foi feita por Rita de Cássia Gomes Machado, em sua dissertação de mestrado intitulada *Uma análise dos exames de admissão ao*

A matemática do ginásio – livros didáticos para as reformas Campos e Capanema

Com a criação da Comissão Internacional para o Ensino de Matemática, em Roma, no ano de 1908, iniciaram-se as discussões internacionais de modernização do ensino de matemática. Elas começaram a ter impacto no Brasil, mais incisivamente, a partir do final dos anos 1920. O palco principal das discussões a respeito da modificação do ensino de aritmética, de álgebra e de geometria é o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Pela iniciativa do então diretor do estabelecimento, professor Euclides Roxo, é analisada e aprovada pela congregação da escola, a proposta de fusão dos ramos matemáticos, que constituíam até então, vale lembrar, disciplinas autônomas, numa única disciplina denominada “matemática”. Assim, a partir de 1929, lecionada no Colégio Pedro II, ficou caracterizada uma nova disciplina escolar, colocada na grade curricular da instituição-modelo para o ensino secundário do país: a matemática. Nesse mesmo ano, Euclides Roxo lançou o primeiro livro didático de seu *Curso de mathematica elementar*⁷. O livro continha a proposta didático-pedagógica de fusão da aritmética com a álgebra e a geometria que, de acordo com a interpretação do autor, expressou o ideário internacional de modernização do ensino de matemática. Esse momento histórico é estudado no texto organizado por Valente (2004). Dentre outras coisas, procurou-se mostrar, ao analisar o livro didático de Roxo, como o autor elaborou uma proposta completamente inovadora para o ensino da aritmética, da álgebra e da geometria. Roxo apresentou esses ramos matemáticos fundidos no *Curso de mathematica elementar*. O livro deveria, assim, constituir referência para a disciplina recém criada a ser ensinada nos primeiros anos do ensino secundário. Com a revolução conduzida por Getúlio Vargas, criou-se o primeiro

secundário (1930-1970): subsídios para a história da educação matemática. Da base também fez uso, para trabalho de iniciação científica, a aluna Danila Farias Brito Ribeiro, no texto *Uma análise do desempenho dos alunos na prova de matemática do exame de admissão ao secundário, 1930-1970*. Esses trabalhos estão disponíveis no endereço: <www.pucsp.br/edmat/ghemat>.

Ministério da Educação e Saúde Pública que, através do ministro Francisco Campos, convocou Euclides Roxo para estruturar o ensino da matemática em nível nacional no secundário. Roxo aproveitou a experiência desenvolvida no Colégio Pedro II e fez constar da primeira reforma nacional do ensino, que ficou conhecida como “Reforma Francisco Campos”, o ensino de matemática para todas as cinco primeiras séries do curso fundamental. Dividido em fundamental e complementar, o ensino secundário extinguirá, a partir da reforma, as antigas disciplinas autônomas aritmética, álgebra e geometria. A Reforma Francisco Campos ensejou a publicação de inúmeros livros didáticos para atender à criação da nova disciplina matemática. O primeiro deles, referência para a própria elaboração da reforma, foi o de Euclides Roxo, publicado em 1929. Professores-autores de livros didáticos de matemática publicaram suas obras para todas as séries do curso fundamental de cinco anos. Surgiram, desse modo, as coleções em cinco volumes. Autores do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, dentre outros estados, lançaram coleções, cursos de matemática, compostos para atenderem série a série, de acordo com a Reforma, o ensino de matemática. O *Curso de mathematica elementar*, de Euclides Roxo, referenciou o nascimento da disciplina matemática. Com a reforma nacional do ensino, em 1931, a publicação de vários cursos de matemática irá atestar como se desenvolveu a disciplina a partir da proposta inicial, como ela se transformou e se estabilizou, até a chegada de uma nova revolução no ensino desse saber com o Movimento da Matemática Moderna (MMM).

O período entre 1930-1960 compreendeu duas grandes reformas nacionais do ensino brasileiro: as conhecidas como Reforma Francisco Campos e Reforma Gustavo Capanema. Esta, a exemplo da primeira, leva o nome do ministro que sucedeu Campos, a partir de 1934, no Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir de cada uma dessas reformas são publicadas levas de livros didáticos, com o fim de atender às suas determinações didático-pedagógicas. Depois de Roxo, Jacomo Stávale, Cecil Thiré, Mello e Souza, Agricola Bethlem, Algacyr Maeder e tantos outros publicaram livros didáticos de matemática, todos explicitamente mencionando estarem em consonância com a Reforma Francisco Campos. Esses mesmos autores e outros mais rescreverão suas

obras didáticas a partir de 1942, com a vigência da Reforma Gustavo Capanema. Em 30 de junho de 1931, nos termos do decreto 19.890 de 18 de abril do mesmo ano, ficaram estabelecidos os conteúdos e a metodologia que deveriam parametrizar o ensino da nova disciplina criada com a fusão da aritmética, da álgebra e da geometria. Dentre os livros didáticos de matemática, considerados verdadeiros *best-sellers*, pela quantidade de exemplares que venderam, estão as obras de Cecil Thiré e Mello e Souza, Jacomo Stávale, Algacyr Maeder, Agricola Bethlem, para citar alguns dos mais importantes. Todos eles publicaram livros com a entrada em vigor da Reforma Francisco Campos.

A base de dados, em CD-ROM, *A matemática do ginásio – livros didáticos para as reformas Campos e Capanema* apresenta uma digitalização parcial das obras didáticas de matemática, que tiveram inúmeras edições após a Reforma Campos e Capanema. Além disso, apresenta uma análise desses livros com o intuito de permitir verificar como ficou configurada, no período, a nova disciplina que teve origem na proposta de Euclides Roxo.

Como analisar essas obras, tendo em vista que foram elaboradas a partir da interpretação de seus próprios autores, das recomendações da reforma? Uma primeira análise diz respeito aos conteúdos. Em que medida os livros atenderam à reforma em termos do conjunto de saberes que seriam ensinados na nova disciplina? Tal questão não apresenta maiores dificuldades, já que uma comparação simples entre o texto legislativo e o índice dos livros didáticos pode responder à pergunta. Problema bem mais complexo diz respeito à análise metodológica. A Reforma Francisco Campos, de modo pioneiro, introduziu a nova disciplina matemática em âmbito nacional, com seus conteúdos e indicou, além disso, o modo segundo o qual esses conteúdos deveriam ser tratados didaticamente. Através de suas “Instruções Metodológicas” a reforma deixou claro que a proposta não se resumia apenas a um reordenamento de conteúdos de ensino. Tratava-se, também, de indicar uma mudança radical em termos didático-metodológicos. Assim, ficou posta a questão de como abordar a metodologia dos livros didáticos de matemática criados para atender à Reforma Francisco Campos. Uma análise das “Instruções metodológicas” revelou que as recomendações didático-pedagógicas estavam alicerçadas em quatro grandes categorias:

- a introdução do conceito de função, desde a primeira série do curso fundamental, e o seu desenvolvimento como conceito unificador dos ramos matemáticos (aritmética, álgebra e geometria);
- um curso de geometria intuitiva que progressiva e articuladamente à aritmética e à álgebra caminharia para a geometria lógico-dedutiva;
- o uso do método heurístico para a introdução e desenvolvimento dos conteúdos de ensino;
- a utilização de questões práticas, definidas nas “Instruções” como “[...] as aplicações no domínio das ciências físicas e naturais, bem como no campo da técnica, preferindo-se exemplos e problemas que interessem às cogitações dos alunos”.

Assim, a análise dos livros didáticos de matemática, escritos para atender às recomendações da Reforma Francisco Campos apresentada, buscou, prioritariamente, verificar em que medida os autores desenvolveram as suas obras levando em conta essas quatro categorias relativas ao método de exposição dos conteúdos de ensino matemático. Se a Reforma Francisco Campos expressou quais deveriam ser os conteúdos e a metodologia a ser empregada para a condução da nova disciplina matemática, a Reforma Gustavo Capanema apenas elencou os conteúdos da disciplina que deveriam ser ensinados nas diferentes séries do ensino secundário. Com ela, disciplina ganhou novas feições. A análise das coleções evidencia que a apropriação que os autores fizeram da nova reforma traduziu-se pela manutenção em separado dos ensinamentos de aritmética, álgebra e geometria, mesmo sob o manto de uma única disciplina chamada matemática.

Os autores de livros didáticos de matemática, que com a Reforma Francisco Campos foram desafiados a escreverem propostas integradas do ensino dos três ramos matemáticos, com a Reforma Gustavo Capanema tiveram que reorganizar suas coleções. Entre as coleções analisadas para a Reforma Francisco Campos, perduram para a Reforma Gustavo Capanema as obras de Cecil Thiré, Mello e Souza e Euclides Roxo, Jacomo Stávale e Algacyr Maeder. Como a Reforma Gustavo Capanema não trazia orientações metodológicas para o ensino de matemática, a análise dos livros didáticos produzidos em acordo com essa

reforma optou por verificar os conteúdos abordados em cada coleção e por tecer comparações entre essas obras e aquelas escritas para a Reforma Francisco Campos. Como se teria modificado a matemática escolar nos anos 1940 pela ótica dos livros didáticos?

O uso dos livros didáticos como fontes de pesquisa para escrita da história da disciplina matemática no Brasil deve levar em conta que uma disciplina nasce, se desenvolve, se estabiliza, se transforma e pode até vir a morrer. A matemática no Brasil, enquanto disciplina escolar, nasceu no Colégio Pedro II e referenciou-se ao nascer, na obra do professor Euclides Roxo. No entanto, a transformação e estabilização da disciplina ocorreram nas décadas seguintes. Os anos de 1930 a 1950 marcaram o desenvolvimento da matemática escolar e sua estabilização até a chegada, em nível internacional, da matemática moderna. A disciplina matemática nessa época esteve, em enorme medida, marcada pelas determinações das reformas nacionais. O estudo dos livros didáticos, campeões de vendagem no período, representa a possibilidade de verificar como os autores e o meio escolar se apropriaram das orientações normativas da legislação para a condução da disciplina. Muito diferentes, em suas determinações, no que tange ao ensino de matemática, as duas reformas parametrizaram a publicação de inúmeras coleções didáticas que se espalharam pelo Brasil, num período de enorme crescimento desse segmento editorial. Como essas obras interpretaram nos anos 1930 a Reforma de Francisco Campos? Como os autores modificaram seus textos para darem conta das determinações da Reforma Gustavo Capanema nos anos de 1940? Como se desenvolveu e ficou estabilizada a disciplina matemática no período? O material dessa base de dados tem a intenção de fornecer subsídios para responder a tais

-
3. A base de dados *A matemática do ginásio – livros para as reformas Campos e Capanema*, produzida no âmbito do Projeto “Uma história da educação matemática no Brasil, 1920-1960” foi utilizada para elaboração das dissertações de Ciro Braga, *O processo inicial de disciplinarização de função na matemática do ensino secundário*; de Inara Martins Passos Pires, *Livros didáticos e a matemática do ginásio: um estudo da vulgata para a Reforma Francisco Campos* e de Walter Fernandes Sório, *Um estudo do “Curso de mathematica elemenar” de Euclides Roxo: contribuição para a história da educação matemática no Brasil*. Todos esses trabalhos estão disponíveis no endereço: <www.pucsp.br/edmat/ghemat>.

questões³.

Sobre a elaboração da Coletânea de Documentos Virtuais do Arquivo Escolar do Colégio Pedro II

O projeto de pesquisa “Estudos históricos sobre a educação matemática no Brasil”, 1950-2000, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) privilegia, em seu desenvolvimento, o trato com arquivos escolares e pessoais. Do mesmo modo que em projetos de pesquisa anteriores, desenvolvidos pelo GHEMAT, parte substancial do trabalho nesse projeto organiza-se a partir de um inventário e construção de bases de dados documentais digitalizados.

Um inventário preliminar feito no arquivo escolar do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, mostrou a existência de grande quantidade de documentos importantes para estudo da trajetória histórica de profissionalização do professor de matemática, no Brasil. Provas, exames de concursos à cátedra de matemática e de desenho, atas e documentos registrando os debates sobre a educação matemática constituíram, de início, o ponto central de atenção. No entanto, à medida em que o projeto foi sendo desenvolvido, constatou-se a necessidade de alargar a base de dados a ser digitalizada. A consulta ao arquivo mostrou que, para além da documentação relativa à educação matemática no colégio padrão do ensino secundário, um outro enorme conjunto de papéis poderia ser adicionado à base, contendo elementos importantíssimos para a história de educação brasileira.

Assim se explica que, o que originalmente seria uma coletânea de documentos sobre educação matemática, acabou por transformar-se numa *coletânea de documentos para a história da educação*.

A coletânea reúne elementos ímpares para a história da educação brasileira e, também, especificamente, para a história da educação matemática. Há, por exemplo, toda uma documentação a respeito de con-

4. Esse material referenciou a pesquisa de mestrado de Rosemeiry de Castro Prado intitulada *Do engenheiro ao licenciado: os concursos à cátedra do Colégio Pedro*

cursos para a cátedra de matemática do Colégio Pedro II, em dois momentos históricos importantes: o primeiro, antes da existência das faculdades de filosofia; o segundo, após anos de seu funcionamento na formação de professores de matemática⁴.

Vale destacar, ainda, a digitalização de um conjunto grande de atas da congregação do Colégio Pedro II, que reúne material para estudos de diferentes temas presentes no cotidiano da escola-modelo para o ensino secundário brasileiro⁵.

Sobre o uso de documentos virtuais na prática da história

A disponibilização de bases de dados em CD-ROM, ou pela internet, coloca em tela questões para a prática da pesquisa histórica, que lança mão de documentação digitalizada.

São os problemas relativos à preservação do patrimônio documental, e sua progressiva deterioração que vêm motivando iniciativas em todo o mundo de elaboração de bibliotecas e acervos virtuais. Desse modo, historiadores vão defrontando-se, mais e mais, com o uso de referências documentais digitalizadas em sua prática intelectual.

Além disso é, de fato, muito cômodo e prático poder rapidamente, ter à mão, documentos originalmente de difícil acesso e, muitas vezes, raros que demandariam tempo enorme para serem consultados. Inclua-se, ainda, a economia com gastos financeiros a serem empenhados na busca de um material, de um documento, ou de uma série deles.

II e as modificações do saber do professor de matemática do ensino secundário. O trabalho constitui um dos produtos parciais do projeto “Estudos históricos sobre educação matemática no Brasil, 1950-2000”, financiado pelo CNPq. Como os demais trabalhos, a dissertação pode ser consultada na página: <www.pucsp.br/edmat/ghemat>.

5. Esses documentos foram utilizados por Jane Cardote Tavares, em sua dissertação de mestrado, defendida na PUC-SP, com título *A congregação do Colégio Pedro II e os debates sobre o ensino de matemática*.
6. Utilizamos o livro através de sua tradução do italiano para o francês, em 2002, feita por Nadia Mansouri, publicado pela Presses Universitaires de France (PUF-Paris).

Não obstante toda a facilidade de trabalho com documentos virtuais, surgem problemas para a prática historiográfica. Rolando Minuti, no livro *Internet et le métier d'historien*⁶ chama-nos a atenção para dois deles:

O primeiro problema metodológico fundamental que se coloca face a um documento digitalizado que se quer utilizar como fonte é sua ausência material, sua natureza de objeto virtual [2002, p. 69].

A partir dessa afirmação, o autor pondera que o trabalho do historiador ao manejar suas fontes exige que elas sejam identificáveis, estáveis e inalteradas e, assim, sejam suscetíveis de serem analisadas, criticadas e interpretadas (idem, p. 71).

Desse modo, as fontes do trabalho histórico não devem sofrer alterações e, quando isso acontece, deve haver certificações precisamente registradas.

Minuti objeta que a natureza do documento digitalizado é diferente daquela cujo suporte é o papel, por exemplo. Segundo esse autor, o documento digitalizado é, em sua essência, plástico. Ele está sujeito a mudanças e alterações que podem não deixar traços identificáveis (idem, p. 72).

Relativamente a esse tema, a pesquisadora Rosely Curi Rondinelli aponta vários estudos recentes que vêm abordando as questões que dizem respeito aos “conceitos de fidedignidade e de autenticidade do documento eletrônico arquivístico” (2005, p. 64).

Um outro problema que se apresenta ao historiador, quando trabalha com materiais digitalizados – que estamos chamando simplesmente de virtuais –, está relacionado à mediação mecânica e eletrônica para o uso do documento (Minuti, 2002, p. 73). Explica-se: com o passar do tempo, crescem as dificuldades de acesso a documentos digitalizados através de sistemas operacionais que vão sendo substituídos por novas versões e novos aparatos tecnológicos. Pode-se concluir, dessa forma, que o documento digitalizado é muito mais frágil relativamente àqueles em papel, que até hoje é possível encontrar, com cerca de quinhentos anos (idem, p. 74).

Ao que tudo indica, vive-se uma transição, um momento em que está por ser normatizada e estabilizada uma nova etapa de trabalho para o historiador, em meio ao mundo das fontes digitalizadas. Essa nova etapa precisa ser capaz de dar respostas a questões sintetizadas por Minuti, tais como:

- como tornar estável um material que, por sua natureza virtual, tende à variabilidade e mobilidade?
- qual o melhor meio para conversão do patrimônio documental em bases digitalizadas?

A construção de arquivos e bibliotecas virtuais tem sido realizada, segundo Rolando Minuti, por intermédio de iniciativas individuais “às vezes excelentes, às vezes discutíveis”; e de iniciativas institucionais, que têm crescido enormemente.

Considerações finais

As investigações realizadas pelo GHEMAT incluem, como uma de suas etapas fundamentais, a construção de bases de dados com documentação virtual. Todos os papéis digitalizados estão sempre integrados em CD-ROM por mecanismos de busca que viabilizam o seu uso por outros pesquisadores com temáticas e problemas de pesquisa que podem ser completamente diversos daqueles que originalmente conduziram a digitalização.

É comum, como já se enfatizou, que as pesquisas de mestrado, doutorado, e mesmo de iniciação científica, depois de se acercarem de fontes documentais, que consumiram boa parte do tempo da investigação para serem encontradas, não deixem disponíveis esses materiais para outros investigadores. Eles acabam servindo para a produção do trabalho acadêmico individual, obrigando outros pesquisadores a refazerem o percurso utilizado para o encontro e organização desses materiais. Somem-se os muitos casos em que o ato de refazer o périplo para encontro dos documentos fracassa quando o que estava disponível num arquivo morto, por exemplo, deixou de existir por ter sido, com o tem-

po, descartado ou mesmo deteriorado. Infelizmente, a organização e disponibilização de bases digitalizadas de documentos não tem *status* de produção acadêmica, isto é, não confere grau de mestrado, por exemplo. Esse é um elemento que, também, não estimula procedimentos como o de organização dos dados para uso de outrem. Assim, as fontes descartadas depois do uso, com o dispêndio de grande quantidade de horas de trabalho para terem sido encontradas e organizadas, são perdidas ou deixadas à própria sorte, no lugar onde foram encontradas originalmente. E, muitas vezes, esses lugares não reúnem qualquer condição para a preservação documental.

Alargar a noção de documento arquivístico em educação, como quer Vidal (2004, p. 11) é condição fundamental para a preservação dos objetos culturais produzidos pela escola e que poderão transformar-se em fontes de pesquisa da história da educação. Isso inclui, parece-nos, realizar ações pelos grupos interessados na produção histórica da educação que visem a constituição de bases de dados virtuais no seio mesmo da própria pesquisa.

A prática de pesquisa do GHEMAT reúne vários pesquisadores em torno de projetos mais amplos, colocando como fase fundamental para o trabalho do grupo a atividade de coleta, organização, sistematização e digitalização de fontes documentais que servem a todos os trabalhos ligados aos projetos. Esse trabalho, inclui, ainda, a disponibilização das bases de dados a todos aqueles investigadores interessados nas pesquisas sobre história da educação.

Referências bibliográficas

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n. 2, Porto Alegre, 1990.

MINUTI, R. *Internet et le métier d'historien*. Paris: PUF, 2002.

Nadai, E. *O ginásio do estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

RIBEIRO, M. V. T. Os arquivos das escolas. In: NUNES, C. (coord.). *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Brasília: INEP, 1992. p. 47-64.

RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VALENTE, W. R. (org.). *O nascimento da matemática do ginásio*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar. CD-ROM, FEUSP/FAPESP, 2004.

Endereço para correspondência
Wagner Rodrigues Valente
Rua Oswaldo Cruz, 429 Apto. 95
Santos-SP
CEP: 11045-101
valente@pucsp.br

Recebido em: 1 set. 2005
Aprovado em: 10 dez. 2005